JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.11.29 06:12:52 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 29 de novembro de 2023 • Nº 1691 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

REGISTROS

Senado aprova novas regras para agrotóxicos

O plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, o projeto que altera as regras para registro e venda de agrotóxicos no país. O novo texto passa agora pela sanção do presidente da República. Com mais de duas décadas em tramitação no Parlamento, o texto já tinha sido aprovado pelos senadores, que voltaram a analisar o texto depois de alterações feitas pela Câmara dos Deputados. O tema foi alvo de divergências entre ruralistas e ambientalistas durante a tramitação. Para os ambientalistas, o projeto flexibiliza a liberação dos produtos, colocando em risco a saúde humana e o meio ambiente. Na avaliação dos ruralistas, a proposta moderniza a legislação com base em práticas internacionais. Relator do tema, o senador Fabiano Contarato (PT-ES) negociou com os dois lados e rejeitou mudanças feitas pelos deputados federais, consideradas polêmicas. PÁGINA 3

OUTUBRO

Governo Central tem superávit de R$ 18,277 bi

Após o superávit puxado pela contabilização dos recursos do Pis/Pasep, as contas do Governo Central voltaram a registrar superávit primário em outubro, revelou ontem, o Tesouro Nacional. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou positiva em R$ 18,277 bilhões. O resultado sucedeu o superávit de R$ 11,548 bilhões em setembro. O saldo - que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - teve desempenho pior em termos reais em relação ao mesmo mês de 2022, quando foi registrado superávit de R$ 32 bilhões. Em valores nominais, o resultado de outubro do ano passado foi positivo em R$ 30,592 bilhões. PÁGINA 2

CAGED

País gera 190,36 mil vagas com carteira assinada em outubro

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Em outubro, o Brasil gerou 190.366 postos de trabalho com carteira assinada. Com isso, acumula, ao longo do ano, um saldo positivo de 1.784.695 novas vagas em todas as unidades da Federação em quatro dos cinco grupamentos econômicos que constituem o levantamento. A exceção foi a Agricultura, que teve saldo negativo. Os números constam do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O saldo positivo de outubro resulta das 1.941.281 admissões e dos 1.750.915 desligamentos registrados no mês. Segundo o MTE, a maioria dos empregos formais foram criados nos setores de Serviços (109.939) e de Comércio (49.647). Com o resultado acumulado do ano, o estoque total recuperado para o Caged ficou em 44.229.120 postos de trabalho formais. "O maior crescimento do emprego formal em outubro ocorreu no setor de Serviços, com um saldo de 109.939 postos, com destaque para Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, que teve saldo positivo de 65.128 empregos", informou por meio de nota o ministério. O único setor que registrou saldo negativo foi o da Agropecuária, com 1.656 empregos perdidos no mês. "É um saldo pequeno, mas negativo, resultado da coleta de produtos como o café, entre outros", avaliou o ministro do Trabalho, Luiz Marinho (**foto**), em entrevista à imprensa. PÁGINA 2

SÃO PAULO

Protestos contra corte na educação e privatizações

Manifestantes realizaram, ontem, em frente ao prédio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, um ato contra as privatizações de estatais e cortes na verba da educação propostos pelo governo do estado de São Paulo. A manifestação contou principalmente com funcionários das companhias do Metropolitano de São Paulo (Metrô), Paulista de Transporte Metropolitano (CPTM) e de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), além de professores da rede oficial de ensino do estado, categorias que fizeram greve desde o primeiro minuto de ontem. O protesto é contra os projetos do governo do estado para a privatização da Sabesp, da Fundação Casa, e de linhas do Metrô e da CPTM. PÁGINA 3

SENADO

RICARDO STUCKERT/PR

Indicação de Dino ao STF deve ter ao menos 50 votos

O senador Weverton Rocha (PDT-MA), relator da indicação de Flávio Dino (**foto**) ao Supremo Tribunal Federal, disse ontem, que o ministro deve ter ao menos 50 votos favoráveis à sua nomeação ao STF. "Nós vamos ter, com certeza, mais de 50 votos a favor da indicação de Dino", disse o senador. Weverton disse ter "convicção formada" a favor da indicação de Dino à Suprema Corte. "Carreira exitosa no Judiciário ele encerrou com chave de ouro como todos que fazem parte de um outro Poder e querem vir para política devem fazê-lo. Como? Dizendo que quer entrar na política. Ele fez isso de forma leal, encerrou carreira como juiz federal e anunciou que entraria para a política", disse o senador. O relator disse que "todas as decisões de Dino sempre foram pautadas pelo que está no processo". PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 0,64% / 126.538,32 / 806,87 / Volume: R$ 21.969.511.943 / Negócios: 3.654.684

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
MARFRIG ON NM	9.93	+6.77	+0.63
MRV ON NM	10.13	+5.41	+0.52
LOJAS RENNERON NM	15.45	+3.90	+0.58
SLC AGRICOLAON NM	37.73	+3.31	+1.21
EZTEC ON ED NM	18.70	+3.20	+0.58

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
ENEVA ON NM	12.35	–3.06	–0.39
MAGAZ LUIZA ON NM	1.91	–2.55	–0.05
GRUPO SOMA ON NM	6.410	–2.29	–0.150
EMBRAER ON NM	19.92	–1.73	–0.35
YDUQS PART ON NM	20.94	–1.46	–0.31

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON EDJ NM	73.47	+0.22	+0.16
PETROBRAS PN EDJ N2	35.60	+1.51	+0.53
VIBRA ON NM	21.86	+0.78	+0.17
BRADESCO PN N1	16.21	+0.93	+0.15
ITAUUNIBANCOPN N1	30.90	+0.98	+0.30

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	35.416,98	+0,24
NASDAQ Composite	14.281,755	+0,29
CAC 40	7.250,13	-0,21
FTSE 100	7.455,24	-0,07
DAX	15.992,67	+0,16
Ftse Mib	29.355,23	+0,04

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (01/11)	12,25%
Poupança 3 (28/11)	0,5473%
TR (28/11)	0,0471%
IGP-M	0,50% (out.)
IPCA	0,24% (out.)
CDI (01/11)	12,15%
OURO BM&F/grama	R$ 318,93
EURO Comercial	Compra: 5,3531 Venda: 5,3537
EURO turismo	Compra: 5,4032 Venda: 5,5832
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,8867 -0,17%
DÓLAR comercial	Compra: 4,8713 Venda: 4,8719
DÓLAR turismo	Compra: 4,8919 Venda: 5,0719

Economia

MERCADOS

Bovespa emenda 2ª alta e sobe 0,64%, aos 126,5 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se reaproximou de 127 mil pontos na máxima de ontem e fechou em alta de 0,64%, aos 126.538,32 pontos, retornando ao nível da quarta e quinta-feira passadas, no positivo nas últimas duas sessões, após a correção da sexta-feira. No pico de ontem, o índice foi a 126.916,00 pontos, maior nível desde 16 de julho de 2021, então a 128.010,15 pontos Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) avança 0,81% e, no mês, 11,84%, faltando apenas as sessões de quarta e quinta-feira para o encerramento de novembro. No ano, o índice sobe 15,31%. O giro de ontem foi a R$ 22,0 bilhões, em sessão na qual as ações de maior peso se firmaram em sentido positivo, à tarde.

Assim, Petrobras ON e PN terminaram o dia, respectivamente, em alta de 0,93% e 1,51%, enquanto Vale ON avançou 0,22% e os ganhos entre as ações de grandes bancos chegaram a 1,45% (BB ON), à exceção de Santander (Unit -0,16%) no fechamento. Na ponta do Ibovespa, destaque para Marfrig (+6,77%), MRV (+5,41%) e Lojas Renner (+3,9%). No lado oposto, Eneva (-3,06%), Magazine Luiza (-2,55%) e Soma (-2,29%).

DÓLAR CAI 0,57%

O dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em queda firme, abaixo da linha de R$ 4,90, acompanhando a onda de enfraquecimento da moeda americana lá fora, em especial na comparação com divisas de exportadores de commodities, em dia de avanço superior a 2% das cotações do petróleo.

Tirando certa instabilidade em parte da manhã, quando registrou máxima a R$ 4,9094, o dólar à vista operou em queda ao longo da sessão, descendo até mínima a R$ 4,8590 à tarde, em sintonia com o exterior. No fim do dia, o dólar à vista recuava 0,57%, cotado a R$ 4,8719, levando as perdas em novembro para 3,36%. Em 2023, a moeda apresenta desvalorização de 7,73%.

CAGED

País gera 190,36 mil postos com carteira em outubro

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Em outubro, o Brasil gerou 190.366 postos de trabalho com carteira assinada. Com isso, acumula, ao longo do ano, um saldo positivo de 1.784.695 novas vagas em todas as unidades da Federação em quatro dos cinco grupamentos econômicos que constituem o levantamento. A exceção foi a Agricultura, que teve saldo negativo.

Os números constam do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

SETORES

O saldo positivo de outubro resulta das 1.941.281 admissões e dos 1.750.915 desligamentos registrados no mês. Segundo o MTE, a maioria dos empregos formais foram criados nos setores de Serviços (109.939) e de Comércio (49.647).

Com o resultado acumulado do ano, o estoque total recuperado para o Caged ficou em 44.229.120 postos de trabalho formais. "O maior crescimento do emprego formal em outubro ocorreu no setor de Serviços, com um saldo de 109.939 postos, com destaque para Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, que teve saldo positivo de 65.128 empregos", informou por meio de nota o ministério.

Ainda segundo a pasta, a segunda maior geração foi observada no setor de Comércio, com 49.647 postos de trabalho gerados no mês, "principalmente no comércio varejista de mercadorias, com predominância de supermercados (saldo positivo de 6.307 postos) e hipermercados (1.925), além dos artigos de vestuário (5.026)", complementa o estudo.

O terceiro maior crescimento registrado foi na Indústria: saldo positivo de 20.954 novos postos com carteira assinada. O maior destaque ficou com o setor de fabricação de açúcar em bruto (1,5 mil) e fabricação de móveis, com saldo de 1.330. Já a Construção Civil teve saldo positivo de 11.480 empregos.

SALDO NEGATIVO

O único setor que registrou saldo negativo foi o da Agropecuária, com 1.656 empregos perdidos no mês. "É um saldo pequeno, mas negativo, resultado da coleta de produtos como o café, entre outros", avaliou o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, em entrevista à imprensa.

Segundo o MTE, esse resultado decorre da desmobilização do café (-2.850), do cultivo de alho (-1.677), cultivo de batata-inglesa (-1.233) e de cebola (-1.138) que superaram o aumento nas atividades de produção de sementes (4.088).

São Paulo foi o estado que obteve o maior saldo de empregos formais. A maior parte dos 69.442 mil novos postos está concentrada no setor de serviços, que obteve saldo positivo de 44.112 novos postos. No Rio de Janeiro, foram gerados 18.803 novas vagas, enquanto no Paraná, o saldo positivo ficou em 14.945 postos.

ACUMULADO DE 2023

São Paulo é também o estado com maior número de novos postos de trabalho no acumulado do ano, com um total 502.193 novas contratações. Na sequência vem Minas Gerais, com 187.485 novos postos e Rio de Janeiro (141.981 vagas formais).

"O maior crescimento do emprego formal no acumulado do ano ocorreu no setor de Serviços, que gerou 976.511 postos de trabalho até outubro (54,4% do saldo), com destaque para as atividades de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (355.869), e para as atividades de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (312.552)", detalhou o levantamento.

Na Construção Civil foram gerados 253.876 postos, com destaque para as obras de infraestrutura (86.099). A indústria apresenta, ao longo do ano, um saldo positivo de 251.11 novos postos, com destaque para a fabricação de produtos alimentícios (81.523).

O comércio gerou 193.526 novas vagas formais, com destaque para o setor de supermercados (17.491), minimercados (12.207) e produtos farmacêuticos (12.684); e a Agropecuária gerou 109.698 postos, tendo como destaques os cultivos de soja (15.870), cana-de-açúcar (15.475) e laranja (7.949).

PLANEJAMENTO

Emenda de Randolfe resolve divergência com Fazenda, afirma Tebet

FERNANDA TRISOTTO/AE

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse ontem, que a emenda proposta pelo senador e líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) traz segurança jurídica para a questão do contingenciamento em 2024 e encerra uma divergência técnica entre as equipes do Planejamento e da Fazenda. Ela participou do seminário Orçamento por Desempenho 2 0, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

"O arcabouço não foi aprovado da forma como enviamos, o que é legítimo, porque o Congresso existe para aperfeiçoar. Ao fazer isso, recriou a figura do contingenciamento e, no desafio de não ter espaço fiscal, a necessidade de contingenciamento e a permanência da meta zero, nos impôs um grande desafio de como começar o ano sem contingenciar nos três primeiros meses e, consequentemente sem prejudicar as políticas públicas, e depois ter que fazer descontingenciamento", disse Tebet.

Ela avalia que a emenda de Randolfe, caso passe pelo crivo do Congresso, trará esta segurança jurídica para poder garantir o mínimo de despesas. "O que não dava é uma mera interpretação do arcabouço. O texto foi iniciativa do Randolfe, houve consenso, mas o Congresso tem o direito e deve aperfeiçoar. Nós precisamos dessa emenda para não termos de contingenciar no início do próximo ano", afirmou.

E explicou a ministra: "É apenas uma divergência técnica com a Fazenda, de que não basta mera interpretação do arcabouço, nós precisaríamos fazer alteração no arcabouço ou LDO para termos segurança jurídica."

A emenda que Randolfe apresentou ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias busca garantir o crescimento de 0,6% dos gastos federais acima da inflação, mesmo que isso signifique não cumprir a meta fiscal, já que os contingenciamentos (bloqueios preventivos) de recursos teriam de ser menores. Nas contas da Fazenda, o bloqueio poderia ser de apenas R$ 23 bilhões, e não R$ 53 bilhões como projetado inicialmente.

A proposta reflete um entendimento já explicitado pelo ministro da Fazenda em relação ao arcabouço fiscal. A nova regra para as contas públicas, que entrou em vigor este ano, tem uma banda para o crescimento real das despesas que vai de 0,6% a 2,5%, diferentemente do antigo teto de gastos, que limitava o aumento da despesa primária à variação da inflação. A tese defendida pela Fazenda traz uma folga de quase R$ 30 bilhões para os contingenciamentos, e isso deu fôlego para a manutenção da meta fiscal zero dentro do próprio governo.

TESOURO

Governo Central tem superávit de R$ 18,277 bilhões em outubro

FERNANDA TRISOTTO E AMANDA PUPO/AE

Após o superávit puxado pela contabilização dos recursos do Pis/Pasep, as contas do Governo Central voltaram a registrar superávit primário em outubro, revelou ontem, o Tesouro Nacional. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou positiva em R$ 18,277 bilhões. O resultado sucedeu o superávit de R$ 11,548 bilhões em setembro.

O saldo - que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - teve desempenho pior em termos reais em relação ao mesmo mês de 2022, quando foi registrado superávit de R$ 32 bilhões. Em valores nominais, o resultado de outubro do ano passado foi positivo em R$ 30,592 bilhões.

O resultado do mês passado ficou acima da mediana das expectativas do mercado financeiro. Ela apontava um saldo positivo de R$ 15,5 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast, que tinha como intervalo de expectativas superávit de R$ 4,10 bilhões a R$ 23,80 bilhões.

ACUMULADO

No acumulado do ano até outubro, o Governo Central registrou déficit de R$ 75,090 bilhões, o pior resultado desde 2021. Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado era positivo em R$ 70 bilhões, em valores corrigidos.

Em outubro, as receitas tiveram baixa real de 0,3% em relação a igual mês do ano passado. No acumulado do ano, houve baixa de 4% Já as despesas subiram 10,1% em outubro, já descontada a inflação. No acumulado de 2023, a variação foi positiva em 5,7%

Em 12 meses até outubro, o Governo Central apresenta um déficit de R$ 85,3 bilhões - equivalente a 0,83% do PIB. A meta fiscal ajustada para 2023 admite um rombo primário de até R$ 213,6 bilhões.

FECOMERCIOSP

Confiança dos empresários do comércio de SP sofre retração de 4% em novembro

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

As incertezas macroeconômicas observadas no mês de novembro levaram a uma retração de 4% na confiança dos empresários do comércio varejista no Estado de São Paulo, de acordo com o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), elaborado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). O índice que em outubro era de 111,7 pontos passou a 107,2 pontos em novembro, mostrando em números absolutos um recuo de 4,5 pontos.

De acordo com a FecomercioSP, a queda acentuada do indicador que apura as percepções atuais em relação às condições econômicas indica que os empresários seguem preocupados com a economia. Além disso, muitos deles apontam que estão com os estoques mais elevados, o que pode postergar os efeitos positivos da baixa da inflação, ciclo de retração da Selic e uma melhora significativa no mercado de trabalho sobre o otimismo das empresas.

Isso se vê por meio dos números que conformam o Índice de Expansão do Comércio (IEC). O Nível de Investimento das Empresas, variável que mede o quanto os players do setor estão dispostos a injetar recursos nos negócios, por exemplo, caiu 2%, passando de 97,2 pontos em outubro para 95,2,em novembro. Da mesma forma as expectativas para a contratação de funcionários, que recuou 2,8% na passagem de outubro para novembro, de 119,4 pontos para 116,6 pontos.

"São dados que revelam insegurança do empresariado em investir nos negócios", afirmam os técnicos da FecomercioSP.

Mas, segundo a entidade, o Índice das Condições Atuais do Empresário do Comércio (Icaec) foi o que registrou a queda mais significativa, recuando 8,6 pontos no intervalo de um mês, passando de 89,5 pontos, em outubro, para 81,8 pontos, em novembro - outra sinalização do momento desafiador. Além da comparação mensal, todos os indicadores sofreram uma queda anual significativa. O Icec caiu 14,4%, o Icaec, 24,4%, e o IEC, 14,1%

ESTOQUES

Apesar de os empresários seguirem receosos com o patamar dos produtos estocados para o fim de ano, o índice de novembro mostra um pequeno aumento 0,9%, atingindo 117,3 pontos. A proporção de empresários que relatam estoques adequados segue maior do que os que afirmam inadequação: 58,5% contra 41,2%, respectivamente.

Diante desse cenário, a FecomercioSP orienta o empresariado a se manter dentro do planejamento e ter cautela diante dos desafios atuais. A gestão de estoque é fundamental, já que pode se tornar uma vantagem competitiva. Além disso, é importante evitar altos endividamentos e observar as operações atualizadas das empresas, aproximando os vencimentos das despesas e as datas dos recebimentos das receitas, além de ajustar os investimentos de forma adequada ao fluxo de caixa.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 31º 22º 85% 07:57 18:21 **PRIMAVERA:** Sol com nuvens durante o dia, com chuva a qualquer hora.

NOVAS REGRAS

Senado aprova mudanças no registro de agrotóxicos

CAROLINA PIMENTEL/ABRASIL

O plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, o projeto que altera as regras para registro e venda de agrotóxicos no país. O novo texto passa agora pela sanção do presidente da República.

Com mais de duas décadas em tramitação no Parlamento, o texto já tinha sido aprovado pelos senadores, que voltaram a analisar o texto depois de alterações feitas pela Câmara dos Deputados.

O tema foi alvo de divergências entre ruralistas e ambientalistas durante a tramitação. Para os ambientalistas, o projeto flexibiliza a liberação dos produtos, colocando em risco a saúde humana e o meio ambiente. Na avaliação dos ruralistas, a proposta moderniza a legislação com base em práticas internacionais.

Relator do tema, o senador Fabiano Contarato (PT-ES) negociou com os dois lados e rejeitou mudanças feitas pelos deputados federais, consideradas polêmicas. Segundo ele, o texto levado ao Plenário atende à necessidade de atualização das regras diante do atual desenvolvimento das tecnologias, que "evoluíram de forma significativa pela incorporação de novos conhecimentos, tecnologias, processos e instrumentos".

Com as novas normas, caberá ao Ministério da Agricultura registrar os agrotóxicos no país. O Ministério do Meio Ambiente ficará com a tarefa de coordenar os registros de produtos de controle ambiental. A pasta da Saúde irá apoiar tecnicamente os processos. Na proposta da Câmara dos Deputados, o poder decisório ficava restrito à Agricultura.

O prazo máximo para registro (inclusão e alteração) de produtos será de 24 meses. Atualmente, há uma espera de até dez anos, segundo agricultores. Há possibilidade de concessão de uma licença temporária, desde que avaliação seja concluída em 30 dias.

O projeto traz pena de três a nove anos de reclusão para quem produzir, armazenar, transportar, importar, utilizar ou comercializar pesticidas, produtos de controle ambiental não autorizados no país.

ÁGUA

Rompimento de adutora adia manutenção anual do Sistema Guandu

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

Após dois adiamentos por causa da onda de calor, o Conselho do Sistema de Fornecimento de Água decidiu adiar novamente a manutenção anual da Estação de Tratamento do Guandu, após o rompimento de uma adutora da concessionária Águas do Rio, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) remarcou a ação para às 4h do dia 5 de dezembro, com previsão de conclusão até as 4h de quarta-feira, dia 6.

A ocorrência prejudicou o abastecimento em partes das zonas norte e oeste do Rio de Janeiro, além dos municípios de Nilópolis e São João de Meriti. Em função do reparo do rompimento, moradores destas regiões ficaram sem água antes mesmo da data em que o Sistema Guandu ficaria fora de operação, entre quinta-feira (30) e sexta-feira (1º).

"A companhia lamenta os transtornos causados pelo novo adiamento, que anteriormente foram ocasionados pela onda de calor intenso e oscilações no fornecimento de energia elétrica na rede de distribuição de água. No entanto, a medida é extremamente necessária para evitar que a população fique desabastecida por mais tempo", diz a nota.

A manutenção faz parte da preparação da Cedae para o verão, época de maior demanda. Composto pela Estação de Tratamento de Água (ETA) do Guandu e por dois subsistemas de água tratada, Marapicu e Lameirão, o sistema é responsável pelo abastecimento de mais de 10 milhões de pessoas no município do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.

SENADO

Indicação de Dino ao STF deve ter ao menos 50 votos, diz relator

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O senador Weverton Rocha (PDT-MA), relator da indicação de Flávio Dino ao Supremo Tribunal Federal, disse ontem, que o ministro deve ter ao menos 50 votos favoráveis à sua nomeação ao STF.

"Nós vamos ter, com certeza, mais de 50 votos a favor da indicação de Dino", disse o senador.

Weverton disse ter "convicção formada" a favor da indicação de Dino à Suprema Corte.

"Carreira exitosa no Judiciário ele encerrou com chave de ouro como todos que fazem parte de um outro Poder e querem vir para política devem fazê-lo. Como? Dizendo que quer entrar na política. Ele fez isso de forma leal, encerrou carreira como juiz federal e anunciou que entraria para a política", disse o senador.

"Ele Dino não utilizou seu mandato, uma sentença, uma causa, para aparecer para a sociedade maranhense para tentar se promover politicamente", completou.

O relator disse que "todas as decisões de Dino sempre foram pautadas pelo que está no processo". Weverton ressaltou que o ministro já ocupou cargos nos Três Poderes em diferentes esferas: no Executivo, tanto no Ministério da Justiça quanto no governo do Maranhão, no Legislativo, como deputado federal e senador, e no Judiciário, como juiz federal e agora, possivelmente, como ministro do STF.

Weverton disse que lerá seu relatório na semana que vem para que haja vista coletiva até a semana seguinte, quando Dino será sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relator afirmou, ainda, que a rejeição de Igor Roque, escolhido por Lula para a Defensoria Pública da União (DPU), é "uma situação pontual" e "não pode ser usada como referência".

O senador disse ter conversado com Dino ontem, e ter dado sugestões a ele para a articulação em busca de votos dos senadores. O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), deve promover um jantar hoje em sua casa com parlamentares e o ministro da Justiça.

CAMPOS

PF faz operação contra suspeita de corrupção que envolve Rosinha

VITOR ABDALA/ABRASIL

Policiais federais cumpriram ontem mandados de busca e apreensão para apurar suspeita de corrupção no Instituto de Previdência de Campos dos Goytacazes (Previcampos), no norte fluminense. A Justiça autorizou o cumprimento de 18 mandados, por meio da Operação Rebote, da Polícia Federal (PF).

Segundo a PF, as fraudes ocorriam com a utilização de uma empresa de consultoria, que realizava, de acordo com a polícia, lobby entre os fundos de investimento e os responsáveis pela Previcampos. As investigações mostram que o dinheiro foi desviado por meio da compra de "títulos podres", ou seja, títulos de baixa qualidade em que os emissores não costumam pagar os investidores.

Um dos alvos da operação desta terça-feira foi a ex-governadora fluminense (2003 a 2006) Rosinha Garotinho, que, na época dos fatos apurados, era a prefeita de Campos (2009 a 2016).

Em vídeo publicado nas redes sociais do marido, o também ex-governador (1999 a 2002) e ex-prefeito de Campos (1989 a 1992; 1997 a 1998) Anthony Garotinho, Rosinha disse que a única acusação que pesa contra ela é ter indicado gestores e membros do comitê da Previcampos que "aparentemente" não tinham conhecimento para o exercício das funções. "Dizer que aparentemente as pessoas possam não ser qualificadas, é um achismo. Não é nem uma afirmação", disse Rosinha. "Essa foi a acusação (contra mim). É um absurdo, é só para fazer mais um escândalo, mais uma perseguição contra a nossa família.

SÃO PAULO

Manifestantes protestam contra privatizações e corte na educação

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

Manifestantes realizaram, ontem, em frente ao prédio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, um ato contra as privatizações de estatais e cortes na verba da educação propostos pelo governo do estado de São Paulo.

A manifestação contou principalmente com funcionários das companhias do Metropolitano de São Paulo (Metrô), Paulista de Transporte Metropolitano (CPTM) e de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), além de professores da rede oficial de ensino do estado, categorias que fizeram greve desde o primeiro minuto de ontem.

O protesto é contra os projetos do governo do estado para a privatização da Sabesp, da Fundação Casa, e de linhas do Metrô e da CPTM. Os professores reivindicam que o governo recue da proposta de cortar cerca de R$ 10 bilhões da verba orçamentária anual destinada à educação no estado.

"O governo quer transformar a Sabesp naquilo que eles fizeram com o setor elétrico, submetendo a população a um apagão [que deixou, no início do mês, parte de São Paulo sem energia por mais de quatro dias], enquanto a Enel (distribuidora privada de energia elétrica) tem lucros bilionários. Esse governo quer privatizar o Metrô, a CPTM, sem respeitar o povo do estado de São Paulo", destacou o secretário-geral da Intersindical, Edson Carneiro Índio.

A deputada estadual Márcia Lia, do PT, criticou a proposta do governo do estado de reduzir os repasses para a educação de 30% para 25% do orçamento público. "Não podemos, de forma nenhuma, aceitar o Tarcísio (de Freitas, governador do estado) retirar esse dinheiro da educação. Se eles querem dinheiro para a saúde, eles que busquem em outro lugar. Nossas escolas estão precarizadas, precisam de professores, de reforma, precisam que a gestão, de fato, faça investimento naquilo que é prioridade", disse.

De acordo com a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) estadual 9/2023, do governo paulista, em tramitação na Assembleia Legislativa, reduzirá em 16,5% a verba orçamentária da educação no estado. Em recursos, o corte significaria uma diminuição de cerca de R$ 10 bilhões por ano na área.

DESASTRES CLIMÁTICOS

Governo do RJ promove treinamento do SAMU

O SAMU-RJ realizou, na segunda-feira passada, uma simulação de operação de atendimento a vítimas de grandes desastres climáticos. O treinamento utilizou as duas novas ambulâncias de suporte para socorro a múltiplas vítimas, adquirida pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ). Elas fazem parte da preparação para episódios que envolvam grandes acidentes e catástrofes causadas pelas mudanças climáticas.

"Desde o início da nossa gestão, o Governo do Estado trabalha de maneira integrada e constante para prevenir desastres provocados pelas fortes chuvas. Investimos na limpeza de rios e canais. Demos amparo social às pessoas afetadas pelas tragédias e, este ano, fizemos obras de contenção das encostas. Também equipamos o SAMU e a Defesa Civil, inclusive com novas tecnologias para prevenção de desastres e pronta resposta", afirma o governador.

As ambulâncias já estão equipadas para atender a população a partir deste verão. Elas ficam em áreas de fácil acesso às principais vias expressas do Rio de Janeiro, na Zona Central e na Zona Oeste, com o objetivo de agilizar a chegada a pontos onde ocorrem os chamados. No treinamento, 30 profissionais tiveram aulas teóricas e práticas no total de 20 horas, na sede do SAMU, no Rio Comprido. A simulação seguiu o protocolo de atendimento de múltiplas vítimas, com classificação de risco para a triagem, além do uso completo dos equipamentos. Para o coordenador-geral do SAMU-RJ, Luciano Sarmento, essas ambulâncias são fundamentais para um suporte mais assertivo em ocorrências com extrema complexidade.

"Em grandes catástrofes, encontramos inúmeras situações adversas, com muitas vítimas que necessitam de rápido atendimento. Com essas ambulâncias, estamos oferecendo todo o suporte necessário para essas ocorrências, com o atendimento no local, além da classificação de risco e diversos suportes que facilitam a assistência e a remoção das vítimas para as unidades de saúde mais próximas", destacou. As ambulâncias são equipadas com insumos de atendimento médico para acesso venoso, cilindros portáteis de oxigênio, pranchas de transporte, colares cervicais, lonas para fazer triagem e tratamento.

MEDIDAS CAUTELARES

Moraes manda soltar preso por ataques golpistas de 8 de janeiro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou soltar ontem o réu Joelton Gusmao de Oliveira, um dos presos pelos atos de golpistas de 8 de janeiro.

Com a revogação de prisão preventiva, acusado deverá cumprir medidas cautelares diversas de prisão, como uso de tornozeleira eletrônica, proibição de sair do país, suspensão de autorizações de porte de arma e de certificado de colecionador, atirador desportivo e caçador (CAC), entrega do passaporte e apresentação semanal à Justiça.

O pedido de liberdade de Joelton foi feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no dia 9 de novembro. Para a PGR, a prisão do acusado não se justifica mais. "Não mais se justifica a segregação cautelar, seja para a garantia da ordem pública, seja para conveniência da instrução criminal, especialmente considerando a ausência de risco de interferência na coleta de provas", argumentou a procuradoria.

Na segunda-feira, o réu Cleriston Pereira da Cunha, que também foi preso pelos atos golpistas, morreu após um mal súbito na penitenciária da Papuda, em Brasília. A defesa de Cleriston pediu liberdade a Moraes e citou parecer favorável da PGR favorável à soltura. No entanto, o pedido de soltura não foi analisado.

Nota

STF MANTÉM MULTA A BOLSONARO POR REUNIÃO COM EMBAIXADORES

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou, por unanimidade, dois recursos em que o ex-presidente Jair Bolsonaro e seu partido, o PL, buscavam afastar multa de R$ 20 mil imposta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em março, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou a punição a Bolsonaro por campanha eleitoral antecipada. O caso está ligado à reunião com embaixadores realizada pelo ex-presidente no Palácio do Alvorada em julho do ano passado. O TSE considerou que as falas do então presidente durante a reunião caracterizaram propaganda eleitoral irregular sobre fatos inverídicos, para atingir a integridade do processo eleitoral. Todos os ministros da Segunda Turma - Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Edson Fachin, Nunes Marques e André Mendonça - confirmaram a rejeição dos recursos extraordinários sobre o assunto. Os advogados de Bolsonaro e do PL alegaram que a Justiça Eleitoral não teria a competência para julgar o caso, e também que as manifestações do ex-presidente durante a reunião estariam protegidas pela liberdade de expressão.

INFECÇÃO PULMONAR

Doente, Francisco cancela ida à COP-28

FABIO GRELLET/AE

O Papa Francisco cancelou a viagem que faria sexta-feira, 1º, a Dubai, onde participaria da Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP-28. Aos 86 anos, ele está com infecção pulmonar e gripe, por isso seus médicos pediram que cancelasse a viagem. Quando jovem, Francisco foi vítima de uma doença respiratória grave e teve de retirar parte de um dos pulmões.

"Embora o estado clínico geral do Santo Padre tenha melhorado no que diz respeito à gripe e à inflamação das vias respiratórias, os médicos pediram ao Papa que não realizasse a viagem prevista para os próximos dias a Dubai", informou o Vaticano em nota oficial divulgada ontem, na qual foi anunciada a desistência da viagem. "O Papa Francisco aceitou com grande pesar o pedido dos médicos e a viagem foi cancelada", segue a nota.

"Como o Papa e a Santa Sé continuam dispostos a fazer parte das discussões que terão lugar nos próximos dias, as formas como isto poderá ser implementado serão definidas o mais rapidamente possível", conclui a nota. É possível, portanto, que o papa participe à distância do evento.

Estava programado para o dia 2 de dezembro um discurso do papa durante a COP-28, no qual ele iria cobrar atitudes concretas para redução de emissões de gases de efeito estufa. Ele participaria do evento durante três dias, e também iria se reunir com chefes de Estado. O pontífice tem usado uma bengala e uma cadeira de rodas devido a dores no joelho.

Desde que adotou o nome do santo patrono dos animais e do meio ambiente, o papa Francisco fez do meio ambiente uma das marcas de seu papado e havia grande expectativa sobre a sua participação na COP-28. Seria a primeira vez que um pontífice iria à conferência da ONU, desde seu início, em 1995. Francisco chegou a instituir na Igreja Católica, em 2015, a celebração do Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação. Esse dia, celebrado em 1.º de setembro, recorda que a crise ambiental deve ser preocupação de todos.

INSTITUTO USINA DO ESPORTE
CNPJ 10.705.522/0001-42
Assembleia Geral Extraordinária (AGE) - Edital Convocação
Ao dia 12 de Dezembro de 2023, às 18:00 horas, na sede à Rua Monsenhor Jerônimo, nº 248, bairro Engenho de Dentro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.730-110, será realizada a Assembleia Geral Extraordinária do **Instituto Usina Do Esporte**, conforme pauta abaixo: AGE: • Alteração do Estatuto; • Substituição de membros da Diretoria; • Demais assuntos de interesse. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2023. **Fernando Barbosa de Oliveira** - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CONCESSÃO DE LICENÇA
29.138.328/0001-50
CONSTRUTORA METROPOLITANA S.A – CNPJ: 33.049.503/0001-00, torna pública que recebeu da Secretarial Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal – SMMAPA a Licença Prévia de nº 012/2022, emitida em 29 de Março de 2022. Essa licença é válida até 29 de Março de 2023. Autoriza a empresa para a atividade de implantação de uma Escola Técnica (FAETEC), com 3.879,25 m², localizada na Av. República do Paraguai, nº 120, Bairro Gramacho, Duque de Caxias – RJ, referente ao processo nº 019/000095/2022.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
MINISTÉRIO DA **DEFESA**
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO 18/2023
A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado na Portaria n° 2621/ ESG, de 10 de mai 2023, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO SRP**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo Menor Preço Por Item, tendo por finalidade a **aquisição de Material de Consumo para atender as necessidades da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro - RJ**. A sessão pública será realizada no dia **04 de novembro de 2023, às 09h00min**, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (https://www.gov.br/compras/pt-br).

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA **SAÚDE**
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2023
A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 83/2023 no dia 11/12/2023 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de material médico-hospitalar (CÂNULA ARTERIAL ARAMADA EM AÇO INOX 35 CM, COM LUER LOCK E CONECTOR 3/8 EM POLICARBONATO PONTA CURVA POLICARBONATO COM FLUXO LATERAL 18 FR.; CÂNULA ARTERIAL ARAMADA EM AÇO INOX 35 CM, COM LUER LOCK E CONECTOR 3/8 EM POLICARBONATO PONTA CURVA POLICARBONATO COM FLUXO LATERAL 21 FR; CÂNULA ARTERIAL ARAMADA EM AÇO INOX 37CM, COM LUER LOCK E CONECTOR 3/8 EM POLICARBONATO PONTA RETA POLICARBONATO COM FLUXO LATERAL 21 FR E ANEL MÓVEL PARA SUTURA COM FLUXO LATERAL; etc). Processo nº. 33409.003918/2023-71. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.
CNPJ/ME nº 05.982.449/0001-16 - NIRE 33.3.0034948-1
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2023
1. Data, Hora e Local: no dia 16 de novembro de 2023, às 15:00h, na sede da Energética Serra da Prata S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº. 440, 18º andar, Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. Mesa:** Presidente - Sra. Cynthia Sisconetto Lemos, Secretária - Sra. Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca. **3. Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante do Livro Registro de Presença de Acionistas. **4. Convocação:** Dispensada a publicação dos editais de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do §4º do art. 124, da Lei 6.404/76. **5. Ordem do Dia:** deliberar sobre a aprovação da distribuição de dividendos intercalares no montante de R$ 22.841.735,36 (vinte e dois milhões oitocentos e quarenta e um mil setecentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), a serem pagos até dia 30/11/2023. **6. Deliberações:** Após discutir e analisar os temas constantes na ordem do dia e o balanço patrimonial da Companhia, o Acionista, representando a totalidade do capital social votante da Companhia, sem quaisquer restrições, aprovou distribuição de dividendos intercalares no montante de R$ 22.841.735,36 (vinte e dois milhões oitocentos e quarenta e um mil setecentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), a serem pagos até dia 30/11/2023. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Cynthia Sisconetto Lemos (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: Monte Pascoal Holding S.A.. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **Cynthia Sisconetto Lemos** - Presidente da Mesa; **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca** - Secretária. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 28/11/2023 sob o nº 00005910418, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

V2I ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº: 34.395.916/0001-00 - NIRE: 33.3.0033239-1
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2023
Data, Hora e Local: Aos 10 dias do mês de novembro de 2023, às 10h00min, na sede social da **V2I ENERGIA S.A.** ("**Companhia**"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), CEP 22250-040. **II. Convocação e Presença**: Dispensadas as formalidades de convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **III. Composição da Mesa**: Presidente: Sr. Cynthia Sisconetto Lemos; Secretária – Sra. Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca. **IV. Ordem do Dia**: Observados os termos do artigo Décimo Terceiro, (u), do Estatuto Social da Companhia, deliberar sobre: **(i)** a celebração e a outorga, pela Companhia, de determinadas garantias em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("**BNB**"), no âmbito do Contrato de Financiamento nº 44.2018.1241.19411, celebrado entre a Arcoverde Transmissão de Energia S.A. ("**Arcoverde**") e o BNB ("**Contrato BNB**"), quais sejam, (a) o "*Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças*", pelo qual a Companhia constituirá em favor do BNB penhor em primeiro grau sobre 100% (cem por cento) das ações de sua titularidade emitidas pela Arcoverde, bem como sobre todos os direitos a elas relativos que venha a deter no futuro; (b) a outorga de fiança corporativa no âmbito do Contrato BNB, em garantia das obrigações assumidas pela Arcoverde; e **(ii)** a autorização aos Diretores e/ou procuradores da Companhia para praticar quaisquer atos e firmar quaisquer documentos que se fizerem necessários à consecução e implementação das deliberações tomadas acima. **V. Deliberações**: Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram e aprovaram, por unanimidade, e sem quaisquer restrições: **(i)** a celebração e a outorga, pela Companhia, de determinadas garantias em favor do BNB, no âmbito do Contrato BNB, quais sejam, (a) o "*Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças*", pelo qual a Companhia constituirá em favor do BNB penhor em primeiro grau sobre 100% (cem por cento) das ações de sua titularidade emitidas pela Arcoverde, bem como sobre todos os direitos a elas relativos que venha a deter no futuro; e (b) a outorga de fiança corporativa no âmbito do Contrato BNB, em garantia das obrigações assumidas pela Arcoverde; e **(ii)** a autorização aos Diretores e/ou procuradores da Companhia para praticar quaisquer atos e firmar quaisquer documentos que se fizerem necessários à consecução e implementação das deliberações constantes da Ordem do Dia. **VI. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, e a presente ata foi lida e devidamente assinada por todos os conselheiros. Presenças: **Mesa:** Presidente - Sr. Cynthia Sisconetto Lemos; Secretária – Sra. Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca. A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2023. **Cynthia Sisconetto Lemos** - Presidente; **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca** - Secretária. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 28/11/2023 sob o nº 00005910337, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 28.008.887/0001-83 - NIRE nº 3330033453-0
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023
1. Data, Hora e Local: No dia 22 de novembro de 2023, às 8:00 horas, na sede social da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. ("**Companhia**"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801, CEP 22250-040. **2. Convocação, Instalação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente – Sra. Cynthia Sisconetto Lemos; Secretária – Sra. Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Aprovar, nos termos do Artigo Décimo Terceiro do Estatuto Social da Companhia, a celebração e a outorga, pela Companhia, de determinadas garantias em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("**BNB**"), no âmbito do Contrato de Financiamento nº 44.2018.1241.19411, celebrado entre a Companhia e o BNB ("**Contrato BNB**"), quais sejam, (a) o "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente os direitos creditórios relativos aos recebíveis decorrentes da receita provenientes da prestação do sérvio público de transmissão de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 35/2017 ("**Contrato de Concessão**"); (b) o "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão e Outras Avenças*", pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente os direitos emergentes oriundos do Contrato de Concessão relativos ao empreendimento objeto do Contrato BNB; e (c) o "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes Relacionados ao Contrato de O&M e Outras Avenças*", pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente os direitos emergentes decorrentes dos contratos firmados para a implantação, operação e manutenção, relativos ao empreendimento objeto do Contrato BNB; (d) o "*Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças*", em que a Companhia será interveniente anuente; e (e) a Cessão Fiduciária de Fundo de Liquidez, em favor do BNB, correspondendo a 5,17% (cinco inteiros e dezessete centésimos por cento) do valor efetivamente desembolsado; (ii) Aprovar a contratação, pela Companhia, de fiança(s) bancária(s) em favor dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Companhia ("**Debêntures**" e "**Debenturistas**", respectivamente), junto a instituições financeiras ("**Fiadores**") (a) que possuam rating mínimo de BBB em escala global ou AAA em escala local pela Standard & Poors ou pela Fitch Ratings, ou o seu equivalente pela Moody's; ou (b) a critério dos Debenturistas, sejam consideradas como instituições financeiras de primeira linha, conforme deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas ("**Critérios Mínimos dos Bancos Fiadores**") ("**Fiança Bancária**" ou "**Fianças Bancárias**" ou "**Garantia**"), para o fim de garantir o fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora no "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Arcoverde Transmissão de Energia S.A.*", celebrado em 10 de setembro de 2019 entre a Companhia, o Agente Fiduciário (conforme definido na Escritura de Emissão) e demais partes lá identificadas (conforme aditado de tempos em tempos, "**Escritura de Emissão**"), incluindo, mas sem limitação, (i) às obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, dos Juros Remuneratórios, dos Encargos Moratórios, dos demais encargos relativos às Debêntures subscritas e integralizadas e dos demais encargos relativos à Escritura de Emissão e aos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento das Debêntures, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, conforme aplicável; (ii) às obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, às obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos e indenizações bem como todas as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, a B3 e ao Agente Fiduciário; e (ii) às obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão, conforme aplicável ("**Obrigações Garantidas**"); (iii) Aprovar e autorizar a Companhia, por meio de seus representantes legais, para que celebre todos e quaisquer documentos, públicos ou privados, bem como realize todos e quaisquer atos relacionados aos documentos acima listados, incluindo, mas não se limitando, a procurações, aditamentos, cartas, requerimentos, declarações, certificados e notificações, contratação de assessores legais, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como a prática de atos relacionados à publicação e ao registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes, incluindo providências junto à JUCERJA, ou quaisquer outras autarquias ou órgãos junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implantação e divulgação das matérias acima, os quais possam ser exigidos, convenientes ou necessários no âmbito dos documentos e operações ora aprovados, ratificando, expressamente, os atos eventualmente já praticados pela Companhia nesse sentido. **5. Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram e aprovaram, sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: (i) Aprovar a celebração e a outorga, pela Companhia, de determinadas garantias em favor do BNB, no âmbito do Contrato BNB, quais sejam, (a) o "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente os direitos creditórios relativos aos recebíveis decorrentes da receita provenientes da prestação do sérvio público de transmissão de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão; (b) o "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão e Outras Avenças*", pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente os direitos emergentes oriundos do Contrato de Concessão relativos ao empreendimento objeto do Contrato BNB; e (c) o "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes Relacionados ao Contrato de O&M e Outras Avenças*", pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente os direitos emergentes decorrentes dos contratos firmados para a implantação, operação e manutenção, relativos ao empreendimento objeto do Contrato BNB; (d) o "*Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças*", em que a Companhia será interveniente anuente; e (e) a Cessão Fiduciária de Fundo de Liquidez, em favor do BNB, correspondendo a 5,17% (cinco inteiros e dezessete centésimos por cento) do valor efetivamente desembolsado; (ii) Aprovar a contratação, pela Companhia, da Fiança Bancária, para o fim de garantir as Obrigações Garantidas; (iii) Aprovar e autorizar a Companhia, por meio de seus representantes legais, para que celebre todos e quaisquer documentos, públicos ou privados, bem como realize todos e quaisquer atos relacionados aos documentos acima listados, incluindo, mas não se limitando, a procurações, aditamentos, cartas, requerimentos, declarações, certificados e notificações, contratação de assessores legais, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como a prática de atos relacionados à publicação e ao registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes, incluindo providências junto à JUCERJA, ou quaisquer outras autarquias ou órgãos junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implantação e divulgação das matérias acima, os quais possam ser exigidos, convenientes ou necessários no âmbito dos documentos e operações ora aprovados, ratificando, expressamente, os atos eventualmente já praticados pela Companhia nesse sentido; e (iii) Aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos. **6. Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a Reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e vai por todos os presentes assinada. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente – Sra. Cynthia Sisconetto Lemos; Secretária – Sra. Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca. Conselheiros Presentes: (i) José Guilherme Cruz; Cynthia Sisconetto Lemos e Rodrigo Costa Rocha. Confere com a ata original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2023. **Cynthia Sisconetto Lemos** - *Presidente;* **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca** - *Secretária.* JUCERJA: Certifico o arquivamento em 28/11/2023 sob o nº 00005910563, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.